

O Plano Real, mais do que qualquer outro na história econômica recente do Brasil, teve o mérito de conter a chamada inflação inercial. A âncora imposta ao câmbio, amparada pelas taxas de juros mais altas do mundo (conforme indicou estudo da Fundação Getúlio Vargas) e o arrocho ao crédito e ao consumo, vem segurando os preços mês a mês. O plano tem outras duas virtudes: sua manutenção quase intacta em relação à concepção original demonstra estarem equivocados os que lhe imputaram caráter eleitoreiro; o brasileiro, depois da euforia consumista dos primeiros meses de estabilidade econômica, educa-se como consumidor mais responsável em relação ao seu poder aquisitivo.

No entanto, não se pode perder a consciência de que âncora cambial, juros altos e contenção do crédito e consumo caracterizam-se como medidas artificiais, cuja aplicação deve ser criteriosamente estabelecida num determinado período. Não se pode mantê-las indefinidamente, como já demonstram os índices de desemprego, inadimplência, concordatas, falências e fechamento de empresas. O empresariado, assim como os trabalhadores, vem fazendo a sua parte, não apenas em termos de contenção de custos e redução da margem de lucro, como no sentido de modernização administrativa e atualização tecnológica. A busca pelo enquadramento no conceito contemporâneo de qualidade total também tem constituído preocupação visível da iniciativa privada.

Todo esse esforço, contudo, esbarra na escassez de financiamento e nos juros escorchantes. Quando se consegue superar essas barreiras, realizando-se investimento em qualidade, produtividade e aumento

de produção, enfrenta-se obstáculo ainda mais difícil de ser transposto: a ausência de mercado interno. Exportar, com o câmbio sobrevalorizado, é igualmente difícil. Há exemplos, no âmbito do nascente Mercosul, capazes de ilustrar com clareza essas dificuldades. Nos três outros signatários do Tratado de Assunção (Argentina, Uruguai e Paraguai), há numerosos produtos com os mesmos preços dos similares nacionais. Entretanto, os empresários desses países, onde o dinheiro é mais barato e disponível, oferecem prazos de pagamento maiores, com juros infinitamente menores. No caso de produtos gráficos, por exemplo, encontram-se prazos variáveis entre 90 e 360 dias, com juros máximos de 4,5% ao ano. No mesmo setor, cobram-se, no Brasil taxas de 14% para importação de matérias-primas, enquanto o produto acabado ingressa com alíquota zero. Por conta desta concorrência desleal, o Brasil arcará, em 1995, com metade do superávit comercial argentino, e, pela primeira vez em muitos anos, o comércio bilateral será favorável a Buenos Aires.

Enquanto os sintomas de recessão tornam-se cada vez mais nítidos, o Estado — este velho e improdutivo desperdiçador de recursos — continua inalterado em sua estrutura anacrônica. Inchado, inoperante, burocratizado e produtor de déficits, o setor público mantém um sistema tributário injusto para quem paga e clemente com os sonegadores, muito distante, portanto, do ideal de isonomia entre os vários segmentos da sociedade e de alíquotas estimuladoras do recolhimento e não do calote. Essa relação fiscal cheia de vícios e fonte histórica de inflação é, de certa forma, mantida latente pela duríssima polí-

tica monetária. Entretanto, continua viva.

No Congresso, as reformas administrativa e tributária — teoricamente capazes de solucionar a equação fiscal — caminham a passos lerdos, assim como outras emendas constitucionais decisivas. Isso, sem falar que muitos itens da revisão da Carta de 88 não são auto-aplicáveis, exigindo leis complementares, que certamente demandarão tempo, esforço e muita negociação política para serem aprovadas. As privatizações — outro imperativo para a redução do Estado e o fim do déficit público — igualmente são morosas.

Assim, sem a implementação prática de leis e medidas capazes de propiciar a estabilidade econômica em harmonia com o crescimento, geração de empregos e investimentos produtivos em larga escala, o ímpeto inflacionário vai sendo represado pela política monetária. A realidade, porém, demonstra que essa situação não pode perdurar, sob pena de sucumbir, perante os efeitos nocivos da recessão, todo o empenho feito pelo próprio Governo, empresários e trabalhadores no sentido de romper a cultura inflacionária do País. Vale aqui a analogia com a história do cavalo do inglês. Gordo, preguiçoso, desregrado e comilão, o animal seguira sua rotina insólita, até que um amigo de seu dono sugerisse o racionamento de suas refeições. O proprietário acatou prontamente a idéia, mas com exageros. A cada dia, diminuía mais a ração. Justamente quando estava aprendendo a conviver com esse arrocho alimentar, o equino morreu de fome.

■ Max Schrappe, de São Paulo, é presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica